



# **OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO AS DINÂMICAS SOCIAIS E O SINDICALISMO**

**Fundação Mário Soares  
Intervenção de João Proença  
11/01/2008**

## **SINDICALISMO EM TEMPO DE GLOBALIZAÇÃO**

Em primeiro lugar quero saudar esta importante iniciativa da Fundação Mário Soares, destacando o empenhamento pessoal do seu Presidente na sua realização.

Só assim foi possível juntar aqui um quadro tão qualificado de participantes, na discussão de questões centrais para o movimento sindical.

Saúdo os participantes neste Painel – Vítor Ramalho, Carvalho da Silva e Guy Ryder, saudando em especial a presença deste dirigente máximo do sindicalismo mundial, mais uma vez em Portugal.

Questiona-se aqui o movimento sindical num momento de profundas transformações, em que os trabalhadores se confrontam com tentativas de impor uma competição sem regras, sustentada pela desregulação social.

Os sindicatos tiveram um papel central e determinante na afirmação e consolidação dos regimes democráticos tendo sido, muitas vezes, a primeira sede em que os ideais democráticos se desenvolveram e, em muitas outras, o motor da expansão da democracia nas nossas sociedades.

A riqueza da história do movimento sindical, especialmente no que ao continente europeu diz respeito, é inquestionável e de uma profunda diversidade.

Os sindicatos foram-se desenvolvendo e ganhando poder, desafiando o poder económico e político; os sindicatos contribuíram para a edificação de uma cidadania social e sobretudo, na Europa, para a construção de sistemas de protecção social fortes e de natureza universal; os sindicatos bateram-se intransigentemente por Sociedades mais Humanas, em que valores como o da Solidariedade, da Justiça Social, da Liberdade e da Democracia se pudessem consolidar.

Na Europa, o movimento sindical teve ainda um papel nuclear no desenvolvimento e sustentabilidade do Modelo Social Europeu, garante de bem-estar das populações e um instrumento indissociável do desenvolvimento económico e social, que levou a um progresso sustentado e permitiu que a União Europeia seja actualmente um dos espaços mais competitivos à escala mundial, senão o mais competitivo.

## **A GLOBALIZAÇÃO NÃO PODE SER SÓ ECONÓMICA**

Todos hoje sentimos as consequências desta globalização neo-liberal desregulada:

- Deslocalizações e perdas de emprego nos sectores mais expostos a uma concorrência desleal;
- Desregulação social e pressão para a diminuição de salários;
- Tentativas de pôr em causa o nosso modelo social;
- Agravamento da exploração em muitos Países do Mundo.

Mas tal não tem por alternativa o regresso a um proteccionismo, a espaços fechados, em que reina sempre a lei do mais forte, que fecha o seu mercado e obriga à abertura de mercados para exportação dos seus produtos.

O processo de globalização é irreversível, mas interessa questionar o modo como funciona para melhor poder exigir uma globalização diferente.

Todos falamos hoje da globalização e das suas consequências sobre as condições de vida e de trabalho.

Mas o entendimento sobre o que é a globalização varia de pessoa para pessoa.

Entende-se geralmente a globalização como a liberalização das trocas comerciais, de bens e serviços, originada pelo esbatimento das barreiras alfandegárias e por um desenvolvimento tecnológico que torna claramente interdependentes todas as economias, nesta “aldeia global”.

Alain Minc no seu livro “La Mondialisation heureuse” (Plon, 1997) afirma, que mundialização, globalização e internacionalização significam, por ordem decrescente de importância, a livre circulação de capitais, a livre circulação de tecnologias e, por fim, a livre circulação de produtos.

A globalização, entendida como aumento do comércio é um fenómeno muito antigo. Os Descobrimentos, nos Séculos XV e XVI foram o primeiro salto significativo no aumento normal das trocas.

A recente evolução tecnológica, nomeadamente com a sociedade de informação, acelerou claramente o volume de trocas.

Alguns dados fundamentais na evolução do comércio:

- O comércio mundial nos últimos dez anos, mais do que duplicou, em volume;
- As importações e exportações crescem a um ritmo de cerca do dobro do crescimento do PIB;
- O Comércio Internacional aparece concentrado nas Regiões mais desenvolvidas: a Europa Ocidental permanece como o maior parceiro comercial mundial, pesando 25% em termos de exportações entre Regiões, contra 18% da América do Norte; se incluirmos também o comércio dentro das regiões, os números passam para 40 e 16%, respectivamente.
- A exportação de serviços (a começar pelas viagens e turismo) também crescem acentuadamente (50% ao ano na União Europeia de 1990 a 1997).

A evolução tecnológica, em especial nas comunicações, informática e transportes, fazem com que seja hoje fácil deslocar parte da produção e que as empresas estruturais, como as do sector automóvel, deslocalizem a parte da produção.

A globalização em si poderá estar associada ao facto dos países mais pobres poderem crescer significativamente, aumentando o volume de exportações, particularmente nos sectores mais importantes desses Países, em geral a agricultura e o têxtil. Mas taltem como contrapartida a abertura às exportações dos países mais desenvolvidos, particularmente em bens de equipamento, destruindo parte significativa das incipientes indústrias nacionais.

Associados à globalização aparecem dois factores particularmente negativos:

#### **a) Livre Circulação de Capitais**

É o facto dominante e mais perigoso das trocas internacionais.

Hoje, em cada 100 dólares que circulam no Mundo, só 2 estão ligados a trocas de bens ou serviços.

Os 98% restantes são para pagar investimentos, mas sobretudo para efeitos especulativos. Assim:

- 85% dos capitais são puramente especulativos;
- 40% vão e voltam em menos de 3 dias e mais de 80% em menos de uma semana;
- Os centros financeiros da especulação estão claramente concentrados – 32% em Inglaterra; 18% nos EUA; 8% no Japão; 7% em Singapura e 5% na Alemanha (só estes centros representam 70% do total).

O Mundo transforma-se num gigantesco casino, sendo os principais jogadores os fundos especulativos, muitas vezes sustentados por fundos de pensões dos trabalhadores.

Acresce que esta livre circulação de capitais e a existência de paraísos fiscais e das zonas francas de exportação agrava as injustiças sociais, dificultando a cobrança de impostos, que passam a incidir sobretudo sobre o trabalho e o consumo.

#### **b) O peso crescente das Multinacionais**

As multinacionais são um elemento estruturante da globalização, sendo cada vez mais poderosas e mais numerosas.

Nas 60 maiores potências económicas mundiais (Estados e Empresas) 20 são empresas. A seguir aos EUA (1º), Japão (2º), Alemanha (3º), França (4º), Inglaterra (5º), aparece em 23º a General Motors, em 26º a Ford, em 28º a Mitsui, ....

De registar que:

- Mais de 70% das multinacionais são americanas;
- Só 5% pertencem a países em vias de desenvolvimento;
- As 200 maiores empresas controlam 25% da economia mundial e empregam apenas 0,75% da população mundial.

A globalização provoca uma **nova realidade económica**, da qual se acentuam alguns factores:

- Uma maior complexidade do processo produtivo, com desdobramento das operações;

- Uma concorrência internacional com um peso cada vez menor a nível de produtos acabados;
- A produção de serviços é cada vez maior face à produção de mercadorias;
- Uma crescente incorporação de serviços na produção industrial e na produção de outros serviços, acentuando a **desmaterialização da produção**;
- O redesenho do mapa económico do planeta com peso crescente do chamado 3º Mundo no PIB mundial;
- As empresas cada vez mais concebem as suas estratégias num espaço mundial.

Com especial realce destaca-se o elevado grau de desenvolvimento de alguns Países, como é o caso do Brasil, da Rússia, da China e da Índia.

Falar hoje em globalização implica falar na **Organização Mundial do Comércio** (OMC).

A OMC nasce em 1/1/95, sucedendo ao GATT e ao ciclo de negociações comerciais multilaterais (Uruguay Round).

Este ciclo conduz a acordos referentes a mercadorias, serviços e propriedade intelectual. Tal levou a uma redução de direitos aduaneiros (na ordem dos 40%), a eliminação dos obstáculos ao comércio e na abertura de mercados no sector dos serviços, com um tratamento mais favorável aos PVD'S.

As grandes manifestações do movimento sindical e das Organizações não Governamentais tem colocado claramente em causa o modelo neo-liberal que até agora têm caracterizado esta globalização e cujas consequências são claras:

- Aumento da pobreza e da exclusão (1 bilião de desempregados; 1,2 a 2,0 biliões de pobres – um quinto a um terço da população mundial);
- A pobreza e a exclusão atingem sobretudo as mulheres e as crianças (cerca de metade dos pobres são crianças, há 250 milhões de crianças que trabalham);
- Aumentam as desigualdades entre ricos e pobres dentro de cada País e entre Países (as 225 pessoas mais ricas têm igual rendimento que 47% dos mais pobres da população mundial).

- Obrigam-se muitos milhões de pessoas a emigrar para procurar condições mínimas de subsistência para si e suas famílias.

A regulação das trocas internacionais pela Organização Mundial do Comércio tem sido quase exclusivamente centrada na área económica, pressionando a desregulação social.

Acresce a isso também a acção das Instituições Financeiras Internacionais, particularmente o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, que tem privilegiado a competição sem regras e a privatização de serviços de interesse geral.

## **A NECESSIDADE DE REGULAR A GLOBALIZAÇÃO E DE UMA AGENDA SOCIAL**

A capacidade dos Estados-nação em regular os mercados no interior do seu espaço tem vindo a recuar, em grande parte devido aos fenómenos de transnacionalização das multinacionais e à ausência de regras sociais no Comércio Mundial.

Como recentemente lembrou o Papa Bento XVI estamos perante “uma névoa que cega as nações”, que não sinónimo de uma ordem mundial, bem pelo contrário.

As Nações Unidas, apesar da acção muito positiva da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da luta pelo trabalho digno, tem sido inoperante na construção de uma nova regulação mundial.

A globalização tem aspectos positivos e apresenta-se como inevitável, mas o processo tal como está a ser conduzido, tem aumentado os desequilíbrios e as desigualdades entre Países e Regiões e mesmo dentro de cada um deles. E isto é particularmente visível nos Países menos desenvolvidos que apresentam maior crescimento económico.

Os impactos sociais e políticos da globalização são profundos, ameaçam de exclusão uma parte importante da população mundial e provocam disparidades acrescidas na distribuição de salários, de rendimentos e de riqueza, bem como instabilidades e crises políticas.

A condução do processo tem sido assumida numa óptica de liberalização, desrespeitadora da concorrência leal e do comércio justo, predominando o interesse de grupos económicos e das multinacionais.

### **Exigimos uma globalização diferente.**

Não **queremos o regresso a proteccionismos** do passado, em que se acentuaram as tensões entre os Países mais desenvolvidos e o resto do Mundo.

E daí a **1ª prioridade** de intervenção sindical – **regular a globalização**.

A regulação está na Ordem do Dia e exige a actuação de blocos regionais, como a União Europeia, que ultrapassem dinâmicas de livre circulação de mercadorias e tenham uma verdadeira dimensão política, cultural e social. Sem estas dimensões os Tratados de Livre Comércio, são autênticas armadilhas para os trabalhadores e conduzem a uma clara diminuição dos direitos de todos, em benefício do interesse de muito poucos.

A acção da União Europeia é fundamental para regular a globalização, preservando o modelo social europeu, base de competitividade da própria Europa.

Precisamos de uma globalização que assente no respeito dos valores da justiça e da solidariedade, da democracia política e social, da liberdade e da Paz.

Precisamos de uma acção internacional que impeça a pressão existente por parte de muitos Países e, sobretudo, das Instituições Financeiras Internacionais na promoção de reformas que aumentem ainda mais as desigualdades, através da privatização de serviços públicos e de diminuição da protecção social.

E a **segunda prioridade** é a construção de uma **Agenda Social**.

Destacamos na Agenda Social:

#### **a) As Clausulas Social e Ambiental nos Acordos Internacionais**

Para ter acesso aos mercados os Países devem respeitar um conjunto de regras que combatam a desregulação. Tais regras devem ser impostas a nível multilateral, mas também nos acordos bilaterais, por parte da União Europeia.

É nomeadamente o caso das 8 Convenções Fundamentais da OIT, que tem a ver com a actividade sindical e com a proibição das piores formas de trabalho infantil, do trabalho forçado e da luta contra as discriminações.

Do mesmo modo deve ser imposto um respeito pelo ambiente, que evite problemas graves a nível nacional ou internacional.

### **b) Agir face às Multinacionais**

As multinacionais assumem um peso brutal a nível mundial e as suas decisões têm um reduzido controlo nacional ou internacional.

Há que as obrigar a cumprir padrões éticos ou sociais, não sendo suficiente invocar a responsabilidade social das empresas, de carácter voluntário ou então utilizar etiquetagem (por ex. "produto livre de trabalho infantil"), sem qualquer tipo de controlo.

Há também que actuar a nível das deslocalizações e promover formas de participação a nível mundial, de que são exemplo os Comités Europeus de Empresa.

### **c) Controlar os Movimentos de Capitais**

Sem controlar os movimentos especulativos de capitais e os paraísos financeiros, é muito difícil evitar crises graves em Países ou Regiões e obrigar o capital a pagar os impostos a nível adequado.

Defendemos a necessidade de introduzir uma taxa sobre as operações financeiras especulativas (tipo Tobin) e a necessidade de uma política fiscal europeia, que evite o dumping fiscal.

### **d) Promover a Cooperação para o Desenvolvimento**

O movimento sindical tem a solidariedade como um valor fundamental.

É necessário promover um desenvolvimento mais equilibrado e isso exige a anulação da dívida dos países pobres e uma maior ajuda ao desenvolvimento por parte dos países mais desenvolvidos.



Como o é também necessário reforçar a cooperação entre as Centrais Sindicais, de que é bom exemplo a Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa e a cooperação bilateral e multilateral que crie um movimento sindical mais forte.

## **UMA NOVA INTERVENÇÃO SINDICAL – AGIR GLOBALMENTE**

No que mais directamente reporta ao mundo do trabalho, assistimos, um pouco por toda a Europa, à emergência de novas formas de organização do trabalho, de novas modalidades de prestação de trabalho – falso trabalho independente, trabalho temporário, trabalho sazonal, teletrabalho e, nos anos mais recentes, a uma segmentação e dualismo do mercado de trabalho, onde a precariedade e instabilidade laboral têm vindo a ganhar terreno, especialmente em grupos como os mais jovens, as mulheres e os trabalhadores mais idosos.

Temos assistido também nalguns Países, entre os quais Portugal, a um forte crescimento do desemprego, resultante sobretudo de processos de reestruturações empresariais e de deslocalizações de empresas, que se reflectem nomeadamente no afastamento geográfico dos centros de poder face aos sindicatos, dificultando a intervenção destes.

Mas não podemos deixar de destacar que ao lado do agravamento das desigualdades entre os Países mais ricos e os mais pobres ocorre o aparecimento de novas potencias mundiais como a China, a Índia e o Brasil.

Os novos desafios a nível global questionam a organização dos Sindicatos.

Só com acção a nível mundial é possível responder aos novos desafios, na luta por uma globalização diferente, que promova um desenvolvimento económico e social sustentado e sustentável, a diminuição das desigualdades e o combate à pobreza e às novas formas de exploração.

Os Sindicatos tem que procurar novas formas de unidade orgânica e de unidade na acção, quer a nível confederal, quer a nível sectorial.

Foi com este objectivo que, em 1 de Novembro de 2006, foi criada a Confederação Sindical Internacional - CSI.

Resultou da fusão da Confederação Internacional de Sindicatos Livres - CISL com a Confederação Mundial de Trabalho – CMT, a que se juntaram 8 Centrais Independentes.

A CSI nasce com um total de 309 Centrais Sindicais Nacionais de 155 Países, representando cerca de 170 milhões de trabalhadores filiados em todo o Mundo e traduzindo a unidade do movimento sindical a nível mundial.

Esta unidade estende-se a nível das estruturas regionais da América, África e Ásia - Pacífico e, a nível europeu, associa a Confederação Europeia de Sindicatos ao trabalho da CSI, através do Conselho Regional Pan - Europeu.

É através da CSI que tem sido possível vir a reforçar a acção a nível mundial, construindo uma agenda social para globalizar o social.

Mas também há uma nova intervenção a nível mundial através do Conselho dos Sindicatos Mundiais “Global Unions” associando a CSI às Federações Sindicais Mundiais (que agrupam os Sindicatos Sectoriais) e à TUAC (Conselho Consultivo Sindical junto à OCDE).

A CSI e as “Global Unions” que interagem directamente com as organizações a nível mundial (OMC, FMI, BM) e com os espaços de integração regional na Ásia, América e África.

O movimento sindical tem vindo a construir alianças estratégicas, em particular com a OIT e com movimentos sociais com os mesmos objectivos estratégicos, destacando aqui a **Acção Mundial pelo Trabalho Digno e pela Vida Digna**.

E é de destacar aqui também o papel da Confederação Europeia de Sindicatos.

A participação na Confederação Europeia de Sindicatos é fundamental para promover a dimensão social na União Europeia, mas também para influenciar as políticas na área externa.

Hoje a CES é a base do Conselho Regional Pan-Europeu que se assume como a estrutura regional europeia da CSI, agrupando os Sindicatos da CES, mas também o movimento sindical da ex-União Soviética.

Mas a acção sindical abrange outras dimensões.

A nível reivindicativo promovendo novos direitos, perante as novas formas de organização do trabalho, no quadro de uma sociedade mais solidária.

A sociedade de informação – sociedade do conhecimento - e a globalização exigem uma resposta sindical cada vez mais forte, valorizando a cidadania e o primado essencial dos direitos do homem, dos direitos e liberdades fundamentais e dos direitos económicos e sociais, os direitos de terceira geração como a paridade entre mulheres e homens, o direito a um ambiente saudável, os novos direitos urbanos à privacidade, à história, à identidade e à memória.

Há que dar a nível mundial prioridade à educação. Um nível elevado de emprego, a coesão social, o Estado providência ou de bem-estar e a erradicação da pobreza não são utopias, mas sim prioridades centrais.

Em nome da igualdade há que promover uma diferenciação positiva em nome dos mais fracos.

## **OS DESAFIOS PARA PORTUGAL**

Durante muitos anos tivemos um País fechado, com condicionamento industrial e com fortes barreiras alfandegárias; um País que se atrasou face à Europa e que condenou grande parte da sua população à imigração legal e, sobretudo, ilegal.

A competitividade das empresas nos mercados externos foi assegurada pelas desvalorizações da moeda, com conseqüente desvalorização do valor dos salários.

Com a democracia desaparece o condicionamento industrial e as barreiras alfandegárias são progressivamente desmantelados.

Com a democracia surge a adesão à União Europeia e à Moeda Única.

O quadro competitivo aparece claramente alterado: desaparecem as barreiras alfandegárias no espaço comunitário e, com a moeda única, não são mais possíveis as desvalorizações da moeda.

O nosso País faz um esforço de modernização, sem alterar profundamente o modelo produtivo, que continua assente nos baixos salários.

Por sermos o País com mais baixos salários na UE-15, tal modelo pôde continuar e até conduziu ao aumento do emprego nos sectores têxtil, do vestuário e do calçado.

O Alargamento da UE a 27 vem alterar profundamente este quadro: aderem países com salários muito baixos e com um padrão de especialização idêntico ao nosso.

Por outro lado a aceleração da globalização acentua a competição com Países de muito mais baixos salários, com desregulação social e com exportações que atingem profundamente os nossos sectores de trabalho intensivos.

Já não podemos reagir como um mercado protegido.

As nossas empresas estão expostas à concorrência internacional e tem que procurar novos factores competitivos, centrados na inovação, na qualidade e na qualificação.

Aceleram as deslocalizações e sente-se a redução do emprego em certos sectores, nomeadamente o das confecções e o têxtil.

Os Sindicatos têm que se preocupar cada vez mais com a capacidade competitiva das empresas, com a riqueza que são capazes de gerar e com a sua consequente distribuição.

Só empresas saudáveis estão em condições de oferecer bons postos de trabalho, o que não significa necessariamente que exista uma distribuição justa da riqueza criada.

Pensar hoje em assumir exclusivamente uma política reivindicativa, sem se preocupar com a situação económica e financeira e com as perspectivas futuras poderá conduzir à falência das empresas, a deslocalizações ou a redução dos postos de trabalho.

## **AGIR LOCALMENTE**

Nos anos 60 falava-se muito em pensar globalmente e agir localmente e do mesmo modo se realçava o papel das PME's.

Hoje não pode ser ignorado o papel e a dimensão das empresas, particularmente as multinacionais e há que agir global e localmente.

A dimensão local continua a ser a dimensão dominante da intervenção sindical: nacional, sectorial e de empresa.

Os Sindicatos têm que agir reivindicando e favorecendo políticas de crescimento e emprego, apostando na qualificação, lutando pelo trabalho digno e por melhores condições de vida e de trabalho.

Os Sindicatos têm que actuar por via do diálogo e da concertação social tripartida, da negociação colectiva e da participação a nível de empresa.

Os Sindicatos têm que assumir as mudanças, particularmente aquelas que melhor possam preservar e defender o nosso modelo social.

A UGT assume como particularmente importantes:

#### **a) Melhorar as qualificações profissionais**

Cada vez mais, o aumento de produtividade passa pelo aumento das qualificações profissionais e estas pelo aumento do nível quantitativo e qualitativo da educação e da formação profissional.

Especial atenção deve ser dada à formação ao longo da vida, assumindo-a como um direito e um dever.

A formação deve ser de qualidade e devidamente certificada.

#### **b) Defender o Modelo de Protecção Social**

O nosso sistema de Segurança Social está sujeito aos desafios do envelhecimento, num momento em que se encontra ainda numa fase de maturação, com conseqüente crescimento mais acelerado das pensões.

O recente acordo tripartido de Segurança Social é um bom exemplo do que deve ser feito para assegurar a sustentabilidade futura da Segurança Social, com assumpção pelos parceiros sociais das suas responsabilidades em termos de regime contributivo.

#### **c) Reforçar a Adaptabilidade e a Mobilidade**

Num momento de grandes mudanças nos mercados, as empresas têm que dar respostas rápidas, devendo ser capazes de adaptar a força de trabalho, privilegiando a mobilidade interna e não a externa (despedimentos).

Para o efeito, a negociação colectiva deve assumir as suas responsabilidades, com compromissos na organização do tempo de trabalho, na polivalência de funções articulada com a formação profissional, na mobilidade geográfica e profissional, etc.

Só assim é possível conciliar as necessidades das empresas com a vida pessoal e familiar.

É de combater, por via legal e contratual a precariedade existente em Portugal que é inaceitável.

#### **d) Promover uma Política de Rendimentos mais Justa e Solidária**

A política de rendimentos é fundamental para os trabalhadores. Uma política de rendimentos, que tenha em conta os ganhos de produtividade, é não só indispensável para promover a justiça social, mas também um factor de maior crescimento económico, indispensável para combater o desemprego.

#### **e) Reforçar a Negociação Colectiva**

A nossa negociação colectiva centra-se e bem nas cláusulas de incidência económica. Há que alargar as matérias em discussão, quer as mesmas tenham directamente a ver com a competitividade, quer com as condições de trabalho.

A negociação de sector de actividade acaba por ser uma negociação de mínimos, progressivamente desligada da realidade da empresa.

Num momento em que se aguardava a revisão global de um grande número de convenções, existe um reduzido número de propostas patronais.

Há que reforçar a negociação colectiva, promovendo a auto-regulação, face à legislação, necessariamente menos adaptada à realidade dos sectores e empresas.

#### **f) Discutir o Modelo de Relações de Trabalho**

O nosso modelo de relações de trabalho precisa de ser adaptado a novas realidades, quer externas (negociação colectiva europeia), quer internas.

Consideramos que há que articular melhor a concertação, com a negociação sectorial e a participação na empresa e que há que melhorar as formas de que esta se reveste.

### **g) Promover uma Democracia de Participação**

A participação dos Sindicatos na vida económica e social tem vindo progressivamente a reduzir-se.

Ora a democracia política impõe o aprofundamento da participação, quer a mesma tenha a ver com políticas públicas (por ex. a Reforma do Estado), quer com a parcerias público-privadas (como o combate à pobreza).

A dimensão da participação não se esgota na dimensão reivindicativa, devendo estar presente, por ex., na nova geração de direitos sociais.

Os Sindicatos têm que ser capazes de passar de uma política reivindicativa pura, que exige sempre mais e mais direitos, para uma **política de responsabilidade** que associa reivindicação, negociação e parceria.

Promover o desenvolvimento exige ir muito para além do Crescimento e mesmo o Crescimento, a Competitividade e o Emprego.

O desenvolvimento implica ter as pessoas como objectivo final, associando as dimensões social, ambiental, económica e política e institucional.

## **OS SINDICATOS SÃO CADA VEZ MAIS NECESSÁRIOS**

Hoje os Sindicatos enfrentam problemas em todo o Mundo, tendo alguma dificuldade em responder ao agravamento das desigualdades ou ao aumento da economia informal.

Também em Portugal se vem limitando a acção dos Sindicatos na resposta às mudanças no tecido produtivo, na economia e na sociedade.

Na acção sindical impõem-se a unidade na acção, assente na definição de objectivos comuns, quer no reforço da negociação colectiva e da concertação social e na acção na empresa, quer nas mudanças necessárias.

Hoje há prioridades claras na defesa do emprego de qualidade, no combate ao desemprego, na melhoria das qualificações e na defesa e melhoria do nosso modelo social.

Uma revisão positiva do Código de Trabalho e o reforço dos mecanismos de participação são para nós também prioridades centrais.

Mas também se exigem Sindicatos fortes, representativos e independentes, o que implica que se questionem as próprias prioridades a nível da organização e intervenção sindical.

As taxas de **sindicalização** em Portugal são relativamente elevadas quando comparadas com os restantes Países do Sul da Europa, mas concentram-se em especial no sector público ou no antigo sector empresarial do Estado.

Por este motivo, por maior segurança no emprego e também devido a políticas públicas de imposição de actos de gestão, tendo sido nestas áreas que se tem concentrado os conflitos.

Há hoje um problema de **representatividade**, derivado da baixa taxa de sindicalização em muitos sectores e empresas. A sindicalização tem que ser aqui a prioridade, ultrapassando barreiras ligadas a atitudes patronais anti-sindicais, a um tecido predominante de PME's e a dificuldades humanas e materiais dos Sindicatos.

A progressiva passagem de uma sociedade industrial a uma sociedade de serviços, reforça as dificuldades ligadas também ao aumento da precariedade e a novas formas de organização do trabalho.

A sindicalização deve também ter presente os **défices de representação** em certos grupos sociais, particularmente os jovens.

Do mesmo modo os Sindicatos têm que enfrentar a baixa sindicalização devida à precariedade e ao falso trabalho independente e também ao trabalho autónomo, sem trabalhadores dependentes.

A **participação** dos trabalhadores sindicalizados nas decisões deve ser assumida também como uma prioridade das Organizações, utilizando novos processos, nomeadamente por via da sociedade de informação.



A **renovação** dos quadros é hoje uma grande dificuldade sindical. Os Sindicalistas são prejudicados nas suas carreiras e conseqüentes salários e pensões. Os sindicalistas são prejudicados nas remunerações variáveis. São estas uma das principais razões para a falta de renovação e para a dificuldade em encontrar delegados sindicais.

Apesar de todas as dificuldades, a agenda sindical tem vindo a transformar-se e a diversificar-se. Os Sindicatos, tem procurado novos espaços de intervenção e de discussão sobre matérias fundamentais para o desenvolvimento do País.

Finalmente, não seria possível falar da renovação das estratégias sindicais e da própria Agenda sindical, sem deixar algumas referências quanto ao impacto da intervenção sindical não só directamente sobre os trabalhadores que representam, como também sobre a Sociedade em geral, que alguns teóricos designam por "utilidade social" da intervenção sindical.

Com efeito, da quase exclusiva função de Negociação, tendo como interlocutores as empresas e associações patronais e visando actuar expressamente sobre os salários, as condições do trabalho e sobre a participação sindical nas empresas, sobretudo com a adesão à União Europeia, foram-se desenvolvendo outras funções muito importantes, nomeadamente a da Regulação (com actuações ao nível da elaboração das normas e do enquadramento das relações de trabalho) ou ainda a da Coesão social, discutindo matérias como a Educação, a formação profissional, a inserção de desempregados, a protecção social, a defesa e promoção de Serviços Públicos de qualidade, as políticas económicas e sociais em geral e transversais à sociedade.

A UGT tem apostado fortemente na negociação colectiva, procurando modernizar os seus conteúdos e, por essa via, reforçar a adaptabilidade das empresas, conciliando as necessidades das empresas e dos trabalhadores.

A concertação social, na qual a UGT também se encontra fortemente empenhada é hoje um instrumento indissociável da gestão das relações de trabalho e elemento essencial da gestão de mudanças. Nessa sede operaram-se importantes compromissos para um desenvolvimento sustentável do País, sendo de destacar as recentes reformas da segurança Social, do subsídio de desemprego, da Formação profissional e a discussão em curso das políticas activas de emprego.

## **Em conclusão**

Os Sindicatos representam interesses específicos mas, no seu conjunto, assumem também a defesa do interesse geral.

A participação dos Sindicatos é um agente fundamental de mudança, a nível económico e social, mas também valorizando a participação na empresa.

Os Sindicatos estão e cada vez mais, a nível nacional e internacional, a construir novas alianças estratégicas, mas não podemos confundir a intervenção sindical com a de outras Organizações.

O papel dos sindicatos na sociedade não tem sido imutável ao longo dos anos; nem poderia ser de outra forma. Os sindicatos têm, hoje como sempre tiveram, um lugar próprio no seio dos sistemas democráticos e a sua força advém-lhe não só da sua representatividade como também da capacidade em se adaptarem às mudanças e em responderem aos novos desafios e expectativas dos trabalhadores e da sociedade em geral.

Os Sindicatos são as Organizações mais representativas da Sociedade Civil.

O trabalho está a mudar e por isso também os Sindicatos têm que mudar no respeito pelos seus valores e objectivos fundamentais.

Os Sindicatos são cada vez mais necessários para assegurar que o progresso económico caminhe lado a lado com o progresso social, promovendo o desenvolvimento sustentado, no quadro de uma democracia participativa.

Muito obrigado.